

## Tradição: seu significado e suas exigências para nós

Josef Pieper<sup>1</sup>  
(trad.: Teo Garfunkel)

**Resumo:** O artigo discute o conceito e a realidade da tradição e a legitimidade e o alcance da tradição fora do âmbito religioso. A tradição e os patriarcas da filosofia ocidental. O “traditum”. O poder unificador da tradição.

**Palavras Chave:** tradição. conceito de tradição. tradição e tradições. religião. filosofia.

**Abstract:** Discusses tradition as a concept and as a reality. The question of whether tradition has a legitimate place only in the realms of religious faith or of theology. Tradition and the philosophical act. The “traditum”. Unifying power of tradition.

**Keywords:** tradition. concept of tradition. tradition vs. traditions. religion. philosophy.

Podemos nos indagar se a tradição é, na realidade, anti-histórica. Ela se estabelece em contraste acirrado com o mais visível e proeminente eixo do processo histórico, a saber, o constante avanço da investigação científica do mundo e da humanidade, o encabrestamento técnico das energias que atuam no cosmos, as conquistas revolucionárias que cada geração deve atingir se deseja manter-se na vanguarda de seu próprio tempo.

A sociedade em si está em fluxo constante, embora a direção das mutações nem sempre seja fácil de determinar. Hegel nos fala, quase sem perturbação, sobre o progresso na conscientização da liberdade; no entanto há outras formulações, como a que prevê a transformação gradual da humanidade em um exército de trabalhadores. Por vezes, a mudança na sociedade pode se acelerar como em uma explosão, o golpe da revolução é fenômeno histórico recorrente.

Ainda que os possíveis eixos e formas de uma ocorrência histórica possam diferir entre si, eles partilham algo em comum: todos apontam para a mudança, transformação, sublevação, revolução; todos eles deixarão de ser o que foram ao longo do tempo. As coisas se recusam a ser o que eram até agora.

A tradição em si, contudo, não se ocupa do novo, não está comprometida com o desenvolvimento, transformação ou revolução. A tradição se preocupa com o que se deu ou foi dado anteriormente, com o que pode ser preservado em sua identidade através das mudanças, do tempo – à parte do tempo, de fato.

Subitamente nos deparamos com um punhado de termos bem distintos para expressar isso. Ao invés de falarmos de avanço ou progresso, ouvimos: “Deixe o mundo estar com está!”. A humanidade tem resistido bravamente a “um evangelho diferente”, como se diz em II Cor.

---

<sup>1</sup>. Renomado filósofo, catedrático da Universidade de Münster, falecido em 06-11-97. Tradução da versão de “Begriff und Anspruch der Tradition” para o inglês “Tradition: The concept and its claim upon us” transl. by J. M. Haas.

Mesmo os seguidores do pensamento marxista se referem às “doutrinas dos autores clássicos”. Ainda que formuladas há mais de um século, elas devem ser, segundo estes marxistas, invioláveis até os dias de hoje. Mesmo em círculos marxistas se ouve falar em “deturpações”, “ortodoxia”, “acomodação”, “revisão” e “desmistificação”. Essas expressões só fazem sentido diante do contexto da tradição, onde a preservação de algo originalmente dado é vista como uma tarefa fundamental, questão de vida ou morte.

A questão que se levanta é de se a tradição, seu conceito e a realidade da tradição, só encontra legitimidade nos âmbitos da fé religiosa, da teologia ou de alguma visão de mundo (*Weltanschauung*). Na verdade, uma surpresa espera aqueles interessados meramente no “tema” tradição e com este interesse vão buscar o tema em obras de referência. Eles descobrirão então nos atuais dicionários filosóficos, por exemplo, que o verbete dedicado à tradição simplesmente não existe. Pode constar ali o verbete “tradicionalismo”, mas não “tradição”. Dicionários teológicos discorrem amplamente sobre tradição, mas sempre em relação com um problema teológico específico, “Escritura e Tradição”. Nestes casos o conceito de tradição fica tão restrito que corre o risco de se opor ao seu próprio sentido verdadeiro.

Quando o debate acerca da validade da tradição veio à baila pela primeira vez, Pascal formula a questão nos seguintes termos: deve-se diferenciar as disciplinas baseadas nos argumentos da razão e da experiência daqueles cuja base é a tradição e a autoridade. Como maior exemplo da primeira categoria, ele cita a física, e da segunda, a teologia. Assim, não será um absurdo considerarmos a tradição dentro da esfera da fé, da teologia ou de uma visão de mundo (*Weltanschauung*). Mas antes de podermos falar de forma mais precisa, o conceito de tradição em si – como é falado e pensado na linguagem cotidiana viva – deve ser considerado com mais clareza e adequadamente formulado. Então, quais serão os elementos a partir dos quais construímos o conceito de tradição?

Está muito claro que sempre que se trata de algo que ocorre dentro do processo conhecido como tradição, necessariamente pressupõe-se dois atores: aquele que passa um conteúdo e aquele que recebe este conteúdo. Este “conteúdo” – que é eventualmente entendido e designado como tradição: permanência das instituições, crenças tradicionais, um “depósito” etc. – pode pertencer a qualquer esfera concebível da existência. Pode consistir em uma canção, um costume, um banquete, uma instituição, regras de comportamento (como uma pessoa fala com outra, cumprimenta, se apresenta, ou ainda como comportar-se em um templo, como receber um hóspede e assim por diante).

O *traditum* também pode ser um ensinamento, uma afirmação sobre a realidade, de maneira que trataremos de agora em diante, não exclusivamente mas com forte ênfase, da ideia de transmissão da verdade. Está claro que tanto um costume ou um banquete quanto uma doutrina ou uma instituição podem também ser incorporados nesta perspectiva.

Ainda há algo mais a se dizer sobre a relação entre os atores que se estabelece neste processo chamado de tradição; sendo irrelevante aqui se nos referimos a indivíduos ou gerações. Obviamente, há de se constatar que quando a “passagem de conteúdo” é realizada, algo muito diferente de uma conversa ou diálogo ocorre: um fala, o outro escuta.

Neste caso, poderíamos nos indagar: Então não há diálogo entre gerações, entre pai e filho, quando um leva o outro verdadeiramente a sério? De fato, não é preciso que haja aí diálogo? Ao que eu responderia: naturalmente! Mas entre gerações ocorre uma série de fatos no curso normal dos eventos que não dizem respeito à tradição. Além disso, a elaboração da tradição *in concreto* pode ser algumas vezes

indistinguível de um diálogo ou discussão. E ainda assim, a tradição se configura, em princípio, como algo muito distinto de uma discussão.

Mesmo nos diálogos platônicos, que pode ser tido como o exemplo clássico de discussão – Sócrates adorava referir-se a eles como um esforço comum (“Vamos explorar isso juntos”) – mesmo neste caso, é fácil negligenciar certas fronteiras onde a condição agregadora se transfigura subitamente. Assim, do meio da conversação e do diálogo onde participação de todos é esperada e legítima – amigos, alunos, oponentes – algo inesperadamente diverso emerge, um ato de tradição, um ato de passagem de conteúdo.

Nos trechos finais do diálogo *Górgias*, onde Sócrates retoma o mito do julgamento após a morte, encontramos algo bem diferente – presente na estrutura interna do próprio mito – do que pode ser visto em trechos anteriores no diálogo. Não se trata mais de uma discussão, mas de uma passagem de conteúdo, tradição *stricto sensu*. Como vimos acima, entre gerações ocorre muito mais do que o mero diálogo e a passagem de conteúdos relativos à dinâmica da tradição. Encontramos algo que pode ser definido como um processo de aprendizagem coletiva. Possivelmente, esse processo representa grande parte do que se dá nas relações entre gerações.

Novamente é preciso ressaltar que aprendizagem é uma coisa, enquanto receber algo que lhe é transmitido, assimilar algo que pertence a uma tradição, é outra bem diferente. Assim como ensinar e “passar adiante um conteúdo através da tradição” são atos fundamentalmente distintos, mesmo que às vezes possam mesclar-se da maneira a se tornarem praticamente indistinguíveis. Penso, contudo, que quando lidamos com conceitos tão básicos é válido sermos tão exatos quanto possível, ainda que alguns possam ficar impacientes com o processo de esclarecimento.

O que então constitui a diferença entre ensinar e passar adiante um conteúdo por via da tradição? Quando um pesquisador divide suas descobertas com seus alunos, dá-se claramente o ensino. Ainda assim, não poderíamos falar que neste caso ocorreu a passagem de conteúdo de acordo com a tradição. Simplesmente não usamos a palavra nestes termos. Ao contrário, falamos em tradição quando se transmite algo que não é propriamente seu, mas que lhe foi transmitido anteriormente, que foi passado adiante de maneira que possa ser assimilado em todo o seu frescor e subsequentemente retransmitido.

De fato, esta afirmação quase se consolida como uma definição, uma conceituação formal de tradição: “Eu recebi aquilo que transmito a você.” “Eu te transmito aquilo que me foi passado.” “O que eles receberam de seus pais, passaram aos seus filhos.” *Quod a patribus acceperunt, hoc filiis tradiderunt.* Estas três sentenças (as primeiras duas retiradas de I Coríntios e a terceira de Agostinho) traduzem com quase toda a precisão a estrutura interna da tradição.

Naturalmente, o processo da tradição, passar um conteúdo adiante, se completa quando o último da fila, a geração mais nova em determinado momento, recebe e aceita o *traditum*, que a princípio é ainda apenas *tradendum*, algo a ser passado adiante. Quando, por qualquer que seja a razão, isso não ocorre, então a “passagem de conteúdo” simplesmente não aconteceu – não ainda.

Uma razão para a falta de receptividade pode muito provavelmente estar na maneira pela qual algo é transmitido e oferecido; e geralmente obstáculos desse tipo são constantemente levantados pela geração anterior. Dificilmente haverá algo mais destinado ao fracasso do que dizer a um jovem, em resposta a seus questionamentos críticos, que as coisas são assim porque as recebemos assim e assim devem ser transmitidas: “É tradição!”.

Em certa ocasião, fui hospedado por uma família em Calcutá que cultivava um hábito de acordo com a tradição hinduísta ortodoxa, com a presença um brâmane que executava o ritual diariamente em um aposento da casa especialmente destinado a essa prática. Os filhos desta família, estudantes universitários com que travei uma relação relativamente próxima, apenas riram diante da minha pergunta: “Qual o significado daquilo que o sacerdote está fazendo?” “É tudo bobagem”, foi sua resposta. Ao ser indagado pela mesma questão, o pai simplesmente retrucou “isso vem sendo feito a milhares de anos”. Pouco depois, ao deixar a casa em companhia de um dos filhos, ele reclamou com veemência – e me pareceu totalmente justificável – de que nunca havia recebido outra explicação.

Aquele que realmente deseja passar um conteúdo adiante não deve falar em tradição. Ao invés disso, ele precisará desdobrar-se no sentido de compreender que a substância da tradição, as velhas verdades, se fazem sempre presentes por meio de uma linguagem viva, de traduções criativas, do constante confronto não só com o presente, mas sobretudo com o futuro. Com isso, fica claro que a tradição é assunto sério, rigoroso, e que o processo de passar adiante o *traditum* é uma questão dinâmica.

Mas cabe agora uma palavra sobre a recepção daquilo que é passado adiante. Como exatamente se dá esse processo? O último da fila deve se colocar verdadeiramente como receptor da partilha da tradição. Mais precisamente: qual a natureza do ato no qual o *traditum* é recebido de maneira tal que o processo da tradição, ou o processo de passar adiante aquilo que foi recebido anteriormente, se completa ou mesmo chega a ocorrer? Está claro que este ato difere bastante de meramente receber informação. Simplesmente ocorre de maneira diversa do processo pelo qual alguém toma conhecimento de um fato. Um indivíduo, como um historiador por exemplo, pode possuir um conhecimento vasto e aprofundado dos *tradita*, dos fatos de uma tradição, sem necessariamente tomar parte nesta tradição, sem contudo inserir-se verdadeiramente no processo.

Há uma reflexão instigante proposta por Karl Jaspers que sugere que, um dia, todos os documentos pertinentes serão conhecidos e colocados à disposição do público, e isso, no entanto, representaria o desaparecimento da tradição – daí que o autor introduz o problemático e polifacetado problema da relação “tradição-história”. Em síntese, devemos assumir que a recepção dos *tradita*, ou fatos da tradição, naturalmente pressupõe que eles se tornam conhecidos. Ainda assim, a aceitação destes fatos não só é algo fundamentalmente diferente da tradição em si, mas também representa, de certa forma, uma ameaça para ela. A fim de esclarecer melhor este ponto, podemos pensar na situação que resultou no Cristianismo a partir da exegese histórico-crítica do Novo Testamento.

O ato posto no foco do nosso olhar, o ato através do qual o último membro da linhagem recebe um *traditum*, o ato no qual se encerra o processo de “passar adiante” e no qual ele termina – este ato, obviamente, obedece à estrutura “permitir que algo seja dito”; recebo aquilo que me é oferecido e transmitido até mim. Não sou eu que o tomo; não posso simplesmente tomá-lo por mim mesmo.

Por outro lado, não aceito a tradição simplesmente porque é “tradição”, mas antes por estar convencido de que é verdadeira e válida. Ora, reconhecidamente, não é possível provar sua validade, e aqui nos colocamos fundamentalmente no mesmo ponto que Sócrates se encontrava ao discutir a sabedoria mítica em relação ao julgamento pós-morte. Se fosse de outra maneira, então não seria necessário receber a mensagem de alguém, já saberíamos de antemão, por nós mesmos, este conteúdo. O que isso tudo significa é que a oferta e recepção da tradição obedecem à estrutura do crer. Realmente, é crer na medida em que, em última análise, crer não é nada além de aceitar algo como verdadeiro e válido com base não na própria experiência, mas em

um ato de confiança em alguém. E ainda não estamos lidando com o conceito religioso; estamos nos referindo antes ao conceito comum de confiança, como falamos cotidianamente.

É exatamente aí que a aceitação do *traditum* se distingue de aprendizado, e tradição se diferencia do processo de aprendizado coletivo que chamamos de progresso cultural. É verdade que, de acordo com as famosas palavras de Aristóteles, todo aluno precisa de fé (“quem quiser aprender deve crer”). Mas essa afirmação é verdadeira apenas para a primeira etapa do aprender. No início do processo de aprendizado não encontramos provas cabais, mas sim um ato de confiança. E sem essa iniciação acrítica nunca alcançaríamos a auto-suficiência crítica, que depois, aos poucos, transformará o que foi originalmente recebido em algo próprio. Somente após este processo podemos dizer que houve aprendizado no sentido estrito. Podemos tomar como algo próprio aquilo que foi aprendido e corrigir, expandir, enriquecer, e que então poderá ser passado para aqueles que virão em seguida, e aprendido novamente, inicialmente de forma acrítica para posteriormente ser testado, verificado, ampliado, reforçado. Aqueles que aprendem não devem simplesmente receber acriticamente o que lhes é passado e acreditar nisso. Isso é algo que observamos constantemente nos assim chamados territórios em desenvolvimento, e que consideramos lamentável.

No âmbito da tradição o conceito de “progresso” mal encontra um espaço próprio, já que não toca o coração do verdadeiro processo de tradição. Já citamos a fala de Santo Agostinho: “Quod a patribus acceperunt, hoc filiis tradiderunt.” Nesta sentença o *hoc* é especialmente representativo. Aquilo que foi recebido dos pais, *aquilo*, e precisamente aquilo, é o que será passado para o filho. Isto que foi passado adiante neste “processo de tradição” é precisamente o que foi recebido, assim o último recipiente recebe de seu pai exatamente aquilo que o primeiro da linhagem passou para seus filhos. Aquilo que é passado nesse “processo de tradição” é *precisamente* o que é recebido, de tal modo que o último a receber recebe de seu pai exatamente o que o primeiro da linhagem passou para seu filho. Isto é exatamente o que se pretende: que nada seja ajuntado àquilo que foi recebido originalmente. E nada do que foi originalmente dado seja deixado para trás, abandonado ou esquecido! E assim, acertadamente, o conceito de lembrar sempre esteve intimamente associado ao conceito de tradição. O que eles têm em comum é o fato de que algo ocorrido, dito ou vivido, deve ser preservado na consciência, como algo que se manifesta integralmente no presente.

Vladimir Solovyov (1853-1900) chamou a tradição de “memória da raça humana”, e seu aluno Vyacheslav Ivanov (1866-1949) fala dela como a “memória ontológica das culturas”. Mas o ato de rememorar não significa apenas que determinado fato não é esquecido. Também quer dizer que ninguém adicionou nada a essa memória. Seria um disparate afirmar que a lembrança vai além da experiência vivida de fato. Uma falsidade como essa seria quase mais cruel que o próprio esquecimento.

Em resposta às indagações em torno do benefício decorrente de manter vivo no presente elementos do passado (para que serve a tradição?), é preciso dizer que, de acordo com o provérbio, é tão necessário ao homem ser educado quanto ser lembrado. Em outras palavras, a inquietude e o pesar podem ocorrer não só quando alguém perde o passo do processo de aprendizado – perdendo o bonde da humanidade com destino ao futuro. Mas também esta frustração pode se dar ao perder ou esquecer um elemento essencial do passado.

Aquilo que é passado adiante através da tradição é mesmo essencial? É verdadeiro e válido por si só? Dissemos que a recepção do que foi passado adiante tem

a estrutura de um ato de fé. Mas para onde exatamente aponta esse crer, e em que se baseia? De acordo com o que Sócrates acreditava, e como ele mesmo nos diz, o julgamento após a morte “*não* é meramente uma história, como todas as outras.” É antes uma verdade. E o são também afirmar que é pela culpa e por punição que a humanidade perdeu sua perfeição original; que nas mãos de Deus estão o início, o fim e o meio de todas as coisas; que o mundo deriva unicamente da irrestrita bondade do Criador.

Com base em que essas afirmações são tomadas como verdade? Sócrates é assertivo em afirmar que não há indícios que comprovem isso. A experiência e a razão dificilmente atingem o âmago desta questão. Ainda assim, Sócrates atribui a estas afirmações não só o valor de verdade, mas chega a aceitá-las a como fatores que determinam sua forma de encarar a própria vida e a morte. Mas baseado em que? Simplesmente porque “foi dito pelos antigos”? Esse “*palai legetai*” – dito pelos antigos – ressurge em diversas passagens nos diálogos platônicos. Mas a crença exige um objeto mais palpável, um *alguém*, e não apenas um nebuloso, neutro *palai legetai*.

Um olhar mais atento revelará que Sócrates efetivamente nomeia “alguém”, ou mais exatamente, nomeia “alguéns” Fala de “os Antigos”, do *palaioi* e *archaioi*; na realidade, não só Platão os evoca, mas assim também procede Aristóteles, muito mais crítico, que nunca foi particularmente amante do mito. Esses Antigos atuam como fiadores de uma sabedoria ancestral que foi passada adiante. Mas quem são tais Antigos que se mantêm neste notável anonimato?

Antes de mais nada, estendamos nosso olhar sobre que eles *não* são: não são os idosos, que carregam nas costas o peso dos anos, que tem vasta experiência, os homens de cabeça branca. A expressão evoca muito mais “os primitivos”, aqueles que estão próximos ao começo; e sua contraparte não são os jovens, mas sim “os últimos”, aqueles nascidos posteriormente.

Contudo, esta ainda não é a resposta platônica para a questão: quem são os Antigos? A resposta precisa para essa pergunta conduz a um âmbito mais profundo e traz consequências incrivelmente ricas. Os Antigos, nos diz Platão, são aqueles que “foram melhores do que nós e habitavam mais próximos dos deuses, e que passaram para nós, que nascemos mais tarde, esta dádiva na forma de discurso extraído de uma fonte divina.” Aqui, por um lado, vimos que os Antigos dispunham de uma autoridade que não só não encontra par em nenhum âmbito humano, como jamais pertenceu a esse reino. Por outro lado, está nítido que, em última análise, não é que Sócrates acreditasse nos próprios Antigos, ainda que aceitasse como verdade aquilo que foi passado. Sua confiança se deposita antes naquela mensagem, que consta do diálogo Filebo, trazida para a terra como uma dádiva dos deuses através de um Prometeu desconhecido. Apenas uma declaração de origem divina poderia ser denominada como “revelação”. Essa mensagem contém a essência do conceito e da realidade da tradição.

Basicamente, duas ideias estão contidas neste conceito. Em primeiro lugar, nem todos têm acesso direto à revelação. Na verdade, “um qualquer” – mesmo se tratando de um indivíduo tão acima da média que possa ser considerado um gênio – só poderá ter acesso a essa mensagem divina vinculando-se, através da escuta, aos seus recipientes originais, ou seja, os Antigos.

Admitir isso é contradizer os reclamos da “livre subjetividade”, que tem sido acertadamente apontada como a forma específica de religiosidade moderna. Naturalmente, se a consciência individual tem acesso direto à esfera do absoluto, a tradição é desnecessária.

Em segundo lugar, a retomada platônica dos Antigos nos traz a certeza de que, com o passar das gerações e períodos no correr do tempo histórico, existe um laço,

uma parceria que se estabelece com os Antigos, com os primeiros recipientes da revelação que tornaram possível e efetivamente legitimam a transmissão da mensagem divina, inalterada, até a última pessoa da linhagem.

Mas o mais instigante sobre este conceito platônico – e aqui não estamos interessados em posar como exegetas de Platão ou historiadores do pensamento – é que, diante de uma reflexão detalhada deste conjunto de ideias, constatamos que elas correspondem à resposta cristã a essas mesmas perguntas. Poderiam inclusive ser fundamentalmente idênticas.

Por exemplo, quando consideramos elementos individuais de caracterização platônica dos “Antigos” (aqueles mais próximos da esfera divina; melhores do que nós, referindo-se provavelmente não a uma integridade moral maior, mas sim a uma existência mais rica, plena; os primeiros a receber uma mensagem extraída de uma fonte divina e passá-la adiante), quando consideramos estes elementos conceituais, não nos surpreende o fato de existir no mínimo uma analogia profunda entre sua descrição dos Antigos e a caracterização através da qual a teologia cristã designa o profeta, o mensageiro divinamente inspirado, carismático, o autor inspirado – no sentido estrito da palavra – de um livro sagrado.

Essa comunhão, para a qual a palavra “analogia” talvez seja demasiadamente fraca, consiste no fato de que tanto os Antigos como os Profetas, como recipientes primeiros e transmissores de um *theios logos*, são entendidos como portadores de um discurso divino. Naturalmente que há um punhado de questões adicionais ocultas aqui, questões acima de tudo detentoras de uma natureza teológica altamente controversa sobre a qual não poderemos nos ater detidamente agora. Ainda assim, gostaria de formular a tese de que estamos justificados e convocados a ver que a revelação e a promessa que vieram até nós por Cristo estão ligadas de alguma forma com os primórdios da história da humanidade, tidas e preservadas como elementos sagrados por aqueles que compõem a humanidade pré-cristã e não-cristã.

Finalmente, a ideia-chave em *pilai legetai*, que tem significado na história humana sempre o reverberar da palavra de Deus, se encontra não só nos diálogos platônicos, mas também no primeiro verso da Epístola aos Hebreus no Novo Testamento. E ainda hoje a questão do caráter definitivo da tradição não pode encontrar resposta diferente. A resposta foi dada por Sócrates e Platão.

É totalmente compreensível que cada geração questione o seu dever em relação à tradição, assim como normal e apropriado. Mas é preciso dizer que algo que foi pensado, dito e feito na antiguidade e é repensado, repetido e refeito não é necessariamente louvável por si só. A glória da tradição e da passagem dos conteúdos tradicionais só pode ser significativamente vislumbrada diante do fato de que, através da passagem das gerações, aquilo que é verdadeiramente digno de preservação – e portanto precisa ser preservado – recebe de fato este cuidado e assim se mantém.

Mas é principalmente neste tema que as radicais questões da juventude se concentram. Como é que, pergunta o jovem, o fato de simplesmente esquecermos o que foi recebido, dizermos e pensarmos o que bem entendermos, começando da estaca zero, pode incorrer em alguma culpa?

Deve-se esperar que esta pergunta tão radical seja escutada e receba uma resposta vital, verossímil do ponto de vista existencial, absolutamente inclusiva e igualmente radical. Espera-se que, entre as tantas coisas que se acumularam sob o manto da tradição e que se mostram mais ou menos dignas de preservação, haverá no final das contas uma só tradição fundamental que deverá ser preservada na sua integridade, mais precisamente aquele dom ou “depósito” que foi recebido e repassado dentro da tradição *sagrada*. Isso é necessário porque precisamente este particular

*datum* da tradição deriva de uma fonte divina, porque cada geração da humanidade tem essa necessidade, e porque nenhuma pessoa ou povo, por mais dotado que seja, conseguiria substituí-la por uma criação própria ou acrescentar a ela qualquer conteúdo efetivamente válido.

Inevitavelmente surgirá então a objeção de que obviamente há muito mais além da tradição sagrada sobre a qual falávamos. Objeção esta absolutamente correta. A tradição ocorre sempre que há normas de conduta, costumes, ideias, instituições que atravessam gerações, e que são recebidas sem uma reflexão expressa e passadas adiante.

Um olhar rápido sobre o que acabamos de dizer observará claramente que um tal crer recebedor da transmissão do conteúdo da tradição em certas áreas pode ser uma questão problemática. Melhor dizendo, o apelo da tradição pode se dar em um âmbito impróprio, como o das ciências empíricas, por exemplo. A respeito do debate já mencionado, voltado precisamente para a questão dos espaços próprios e impróprios para a tradição, Pascal fala acertadamente sobre a “confusão do século”, que consiste no fato de que, no contexto de então, a autoridade dos “Antigos” imperava na área da física enquanto na teologia reverberavam opiniões totalmente desconhecidas para os Antigos.

Já no século XIII, Alberto Magno apontou que na área das ciências empíricas o recurso à tradição é inapropriado. Se quisermos saber se um golfinho é um mamífero ou um peixe, não perguntamos a Aristóteles, não evocamos os Antigos, mas sim perguntaremos àqueles que têm experiência na área. Onde quer que a verdade seja apreendida através da observação empírica e da razão, recorrer à tradição não será aceito como um argumento válido – seja esta tradição baseada em Aristóteles, na Bíblia ou em Karl Marx; já que apelar para um autor canonicamente estabelecido é um gesto que obedece à estrutura formal de um argumento da tradição, o que no campo da ciência tem precisamente a mesma representatividade que apelar para Aristóteles. Ademais, este procedimento é um entrave tão grande para o progresso científico quanto o mais árido conservadorismo da escolástica aristotélica tardia. Nesta ótica a tradição, tradição *verdadeira*, tradição *legítima*, é novamente desacreditada. Entretanto, como já se fez notar, a tradição sagrada não é de maneira alguma a única legítima.

A vida cotidiana da humanidade também requer a solidez de tradições globais. Ela é necessária para a libertação e facilitação de tarefas sociais, como aquelas da consciência individual. A energia do ser humano pode então, livre de amarras, ser direcionada para seus próprios interesses enquanto as tradições sociais vigentes são simplesmente compreendidas, assim como cumprimentamos um ao outro na rua, a maneira de agradecermos por uma pequena ajuda, expressarmos felicitações ou condolências, quando e onde tratamos de temas íntimos ou privados.

Hans Georg Gadamer nos diz: “A realidade dos costumes é e continua sendo em grande parte uma autoridade da tradição e do costume. Eles são assumidos livremente, mas de maneira nenhuma são criados a partir de um *insight* livre ou estabelecidos de acordo com sua validade.” A vida se tornaria insuportável caso fôssemos obrigados a refletir criticamente sobre cada um dos nossos atos individuais ao longo do dia.

Contudo, quando falamos de obrigação há uma enorme diferença entre a observância de costumes e a da tradição sagrada – poderia se dizer entre a observância de “tradições” e a observância da “tradição”. Essa diferença, que é muito relevante, pode ser visualizada claramente até pela mente menos lapidada.

O que é que não chamamos de tradicional? Temos horários tradicionais para as refeições, trajes, coloquialismos, gestos tradicionais; acima de tudo há as tradicionais festas e festividades. A festa é um exemplo excepcionalmente bom. Se diz que nada faz com que o poder da tradição se manifeste tão claramente como na celebração das festas. Entretanto, também é fato que nada expõe tão nitidamente os problemas inerentes à tradição. Celebramos o ano novo, celebramos jubileus, comemoramos datas de inauguração, aniversários, derrotas e vitórias – e, obviamente, sempre há o Mardi Gras. E ainda comemoramos o primeiro dia da semana, celebramos festivamente o Natal, a Páscoa e os memoriais dos mártires.

Só com enumerar estas observâncias, ganham muita ênfase as diferenças que estamos discutindo. É unanimemente aceitável a celebração de um aniversário ou o dia da independência nacional. Assim como seria impensável e incordial não celebrar as bodas de prata dos pais ou o aniversário de 60 anos de um amigo próximo. Ainda assim, quando os tempos não permitem, essas celebrações mundanas poderão ser ocasionalmente omitidas. Nos anos de 1944-1945 o carnaval não foi comemorado em Colônia. De fato, alguns feriados simplesmente caem em desuso ou são formalmente abolidos sem nenhum prejuízo. Contudo deixar de celebrar o Natal ou a Páscoa, mesmo em meio aos escombros da guerra – ou abolir estes feriados – seria claramente uma violação incomparavelmente séria de uma obrigação. Aqui encontramos obrigações inerentes apenas à tradição *sagrada*. Quando os filhos deixam de celebrar as festas culturais que seus pais celebraram, quando os *tradita* da tradição sagrada não são mais recebidos e passados adiante, então podemos falar no sentido estrito do termo, da perda da tradição, ou quebra com a tradição, ou ausência da tradição. Por vezes usamos as palavras levianamente, mas neste caso elas se aplicam com precisão.

Ocorre normalmente o caso de o núcleo daquilo que visa ser preservado crescer entremeando-se nos contornos concretos da existência histórica, assim como através de certos costumes de natureza mais aleatória e não-essencial. E é essa a razão – por mais complicada que seja a questão – pela qual uma mudança externa, em coisas não-essenciais em si, muito provavelmente *pode* e *irá* ameaçar a verdadeira preservação da essência da tradição, de forma que aqueles que se apressam em eliminar e denegrir as chamadas tradições “exteriores” adotam uma atitude bastante problemática.

Um pesquisador de costumes populares me disse em certa ocasião que quando os membros de um grupo específico pararam de assar seus pastéis de determinada maneira, ele sabia que estes já não frequentavam a igreja. É difícil apontar onde está a causa ou a consequência; ambas estão imbricadas.

Por outro lado – e é o que me parece mais importante – quanto mais decisivamente, conscientemente e energicamente a vontade se direciona no sentido de preservar aquilo que, em última instância, é digno de preservação, e que necessita ser preservado, tanto maior será o número de mudanças nas formas externas que podem ser absorvidas, administradas e suportadas, sem o perigo de um rompimento.

A autêntica tradição-consciência atua de forma bastante independente e livre diante do conservadorismo que se apega com ansiedade desmedida à preservação das “tradições”. Sem dúvidas, existe um zelo pelo tradicional, que está tão preocupado com aspectos não-essenciais, com a aparência histórica da “tradição”, que se incrusta na verdadeira tradição, e que acaba, na verdade, atravancando o processo de passar adiante os conteúdos dignos de preservação. Há um tradicionalismo que bloqueia a tradição; e há tipos de conservadorismo que não reconhecem a tradição caso ela ocorra em novos formatos.

E a reformulação da tradição é uma tarefa sempre atual precisamente porque o “texto original” deve estar presente integralmente. A versão bíblica da criação afirma:

“Então o Senhor fez o homem do pó do chão e deu-lhe o sopro da vida.” O que esta sentença realmente representa deve ser constantemente reinterpretado sob o olhar da paleontologia e de tudo o que sabemos hoje a partir de pesquisas sobre a origem da humanidade. De outra forma o conteúdo da tradição sagrada não pode se fazer presente hoje. Isto é, se esta nova reformulação não acontece nem é levada adiante, então a razão principal pela qual *a tradição* existe se perde, falando mais precisamente, permitir ao indivíduo efetivamente partilhar da mensagem divina como foi transmitida anteriormente na história.

Lidar com esta permanente tarefa é precisamente a ocupação da teologia. De fato, isto é teologia: constantemente traduzir e editar os textos “originais” da revelação diante das circunstâncias em constante mutação de maneira que possam ser apreendidos conceitualmente no momento histórico para que as boas novas de origem divina destinadas ao homem – informação, um preceito ou até um sacramento – permaneçam completamente idênticas no presente ao que eram quando foram transmitidas no passado e, por assim dizer, mantenham a possibilidade de serem apreendidas. Mas a mera reflexão no presente dos impulsos religiosos da hora, ou aqueles impulsos que se dizem religiosos, nada têm que ver com a verdadeira teologia – mesmo quando fazem uso de uma terminologia bíblica.

Por outro lado, o conceito de tradição pode ser concebido de forma demasiadamente estreita, como em uma famosa monografia sobre o tema, que afirma que a “tradição sagrada” não é nada além da “proclamação eclesial da fé que os apóstolos iniciaram e que é levada adiante pelos seus sucessores com a mesma autoridade”. Falando em um sentido teológico específico, uma definição tão estreita é questionável. Todos os que estão convencidos de que muito antes dos apóstolos já havia algo como uma “revelação original” não poderão contestar o discurso de uma tradição mítica nos âmbitos pré-cristãos ou não-cristãos, que igualmente preservam uma mensagem de origem divina através das eras. O conceito de “revelação primitiva” tem estado muito pouco presente nos debates contemporâneos, mas teólogos importantes como Newman, Scheeben e Moehler claramente não puderam deixá-lo de lado. De fato, este conceito está presente na teologia cristã desde os seus primórdios. Estou certo de que será um tema sempre recorrente no pensamento cristão.

O conceito de “revelação primitiva” assume que no próprio momento de concepção da história humana reside o advento de uma mensagem divina direcionada à humanidade como um todo, uma mensagem que pode ser encontrada na tradição sagrada de todos os povos, em seus mitos, mais ou menos nitidamente presente e preservada. Está obviamente correto que a tradição mítica, para alcançar sua própria verdade, requer a purificação e a correção do poder da aparição definitiva entre os homens do Logos. No entanto, não é próprio do cristianismo ignorar o valor dos *tradita* que ali se encontram. A este respeito, é bom recordarmos dos padres da Igreja em seus primeiros anos. De Justino Mártir a Orígenes e a Agostinho era unânime a defesa (contra a estreiteza sectária que se pode encontrar em um Tertuliano) da crença no poder seminal da Palavra de Deus e o discurso em torno das sementes de verdade que desde o princípio da história da humanidade têm sido componentes efetivos na sabedoria dos povos e nas doutrinas dos filósofos.

Acima de tudo, é preciso lembrarmos que o aspecto comum da tradição sagrada gera uma unidade fundamental entre todos os seres humanos, que é de fato uma unidade em referência a realidades fundamentais, e que, através do aspecto comum, torna possível a comunicação entre os homens. Nos parece provavelmente bastante pertinente ao estado de calamidade do mundo atual que uma cultura secular que pareça pronta para abandonar sua própria tradição e trair suas origens agora tente compelir todas as outras culturas a renunciar aos seus *tradita* e conseqüentemente

erradicar a si mesmas. Diante disso, até os mais heroicos esforços para atingir um entendimento aprofundado da existência humana serão necessariamente fúteis.

Finalmente, uma palavra sobre o significado de “a” tradição, quer dizer, a tradição sagrada, para aqueles que filosofam, ou seja, não os representantes de uma disciplina acadêmica, mas sim pessoas intelectualmente ativas que se dedicam a uma reflexão sistemática para apreender o mundo em sua plenitude e, sobretudo, o sentido da própria vida.

Estou certo de que está intimamente ligado à autenticidade, profundidade, ao teor existencial da reflexão destes filósofos o quanto essa relação (que eu gostaria de chamar de contrapontada) é efetivamente realizada como tradição sagrada ou não, ainda que seja uma tarefa árdua precisar isso. Me parece também ser próprio de quem filosofa hoje uma tendência a gradualmente afastar de suas considerações sobre o mundo e a existência os *tradita* da tradição sagrada.

O diagnóstico de Nietzsche feito há uma centena de anos parece se justificar cada vez mais ao longo do tempo: “O que parece ser mais agressivamente impugnado hoje em dia é o instinto e o desejo em relação à tradição. Toda instituição que deve sua origem a esse instinto vai contra a têmpera da modernidade.”

Essa citação aponta para além do âmbito da reflexão filosófica; ela é, contudo, válida e traz em seu bojo a crescente desconexão com a tradição e o lamentável declínio da reflexão filosófica no mundo; acima de tudo a citação é especialmente válida no que diz respeito ao sentido total da realidade – mesmo no âmbito da arte. Aqui é importante ressaltarmos mais uma vez que o próprio poder arrebatador das musas alimenta-se da mesma dimensão da realidade que está incluída dentro da tradição sagrada. Quem pensar que esta afirmação é forçada ou “carola” poderá encontrar o mesmo pensamento em Goethe. Em sua correspondência com Carol Friedrich Zelter podemos encontrar a seguinte surpreendente, espantosa passagem:

Todo verdadeiro artista deve ser visto como alguém que preserva algo que é reconhecido como *sagrado* e que deseja deliberadamente propagar isso seriamente. Cada século à sua própria maneira pressiona em direção ao *saeculum* e também busca o sagrado que visa aliviar fardos, alegrar a seriedade, contra o qual não há o que dizer desde que a seriedade e a alegria não pereçam.

Na atividade filosófica, sobre a qual devemos falar agora especificamente, já tem sido há algum tempo uma questão de tender com uma força tremenda em direção ao *saeculum*; e é também verdade que talvez não haveria nada que dizer contra ela desde que como resultado a empreitada filosófica não pereça – e aqui nos referimos não a uma disciplina acadêmica específica, mas à própria vida intelectual dos homens.

Dois importantes críticos da filosofia do nosso tempo, ainda que de posições teóricas opostas, independentemente um do outro, indicaram com exatidão o mesmo nome a perspectiva mental capaz de produzir um filosofar deliberada e conscientemente alheio à tradição, fechado em si mesmo e direcionado contra a tradição sagrada. Um deles é Karl Jaspers. Ele afirma, de acordo com uma visão análoga a uma abordagem amplamente aceita na filosofia contemporânea, que os conteúdos da grande tradição foram deixados de lado, e sem os quais a filosofia vai inevitavelmente naufragar e perecer, resultando em uma “seriedade que se torna vazia.” Esta mesma palavra, “vazio”, ressurgiu nas ideias do russo Ivanov, que já citamos anteriormente. Ao historiador liberal que opta por mergulhar no Rio Letes (rio que representa o esquecimento na mitologia grega), deixando assim escorrer de si

qualquer vestígio de religião, filosofia ou poesia a fim de emergir novamente nu como o primeiro homem; a estes Ivanov dedica a incisiva formulação: “Essa liberdade, que se alcança rastejando esquecimento adentro, é vazia.”

Uma das últimas discussões nas quais se engajou meu amigo Gerhard Krueger, antes de cair em duas décadas de silêncio, traz à luz outro aspecto desta calamidade que ameaça a vida espiritual comum de uma humanidade que se tornou uma ignorante a respeito da tradição sagrada. Ele postulou a aterradora reflexão a seguir: “Estamos vivendo apenas a partir de nossa própria inconsistência, a saber, do fato de que não conseguimos silenciar completamente toda tradição. E encaramos o fato extremo de que uma existência comum e significativa torna-se impossível, ainda que ninguém possa imaginar como isso se realizará.”

Além disso, e talvez inesperadamente, encontramos uma confirmação deste último pensamento no filósofo polonês Leszek Kolakowski, que diz: “Suponhamos que a oposição à tradição leve à sua total negação, o que felizmente é bem pouco provável, então poderia falar com certeza sobre o fim do mundo humano.”

Não creio que essas ideias tenham algo a ver com gênero literário ou um criticismo desvinculado do presente ou uma vaga filosofia do declínio cultural. Ao contrário, elas apontam para o poder unificador da tradição, e para o fato de que a decisiva união da raça humana não pode ser baseada ou legitimada através da criação uma ordem mundial política, ou de uma unanimidade do desejo cultural, ou o respeito em geral pela arte e pela ciência, ou as possibilidades técnicas de uma comunicação instantânea, ou uma linguagem universal, ou ainda uma organização internacional para competições de atletismo. A verdadeira unidade entre os homens deve ter suas raízes no caráter comum de “a tradição” – nesta coparticipação da tradição sagrada que remonta a uma expressão do próprio Deus.

Recebido para publicação em 14-03-16; aceito em 17-04-16